

Proposta de Lei do Orçamento do Estado para 2009

Principais alterações



A PricewaterhouseCoopers presta serviços profissionais de auditoria, fiscalidade e assessoria de gestão orientados por indústria, de forma a aumentarem a confiança pública e o valor dos seus clientes e *stakeholders*.

Mais de 154.000 profissionais distribuídos por 153 países trabalham em conjunto e partilham as suas ideias, experiência e soluções para desenvolverem novas perspectivas e uma assessoria efectiva.

Índice

Principais alterações ao Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas.....	4
Principais alterações ao Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares.....	5
Principais alterações ao Imposto sobre o Valor Acrescentado	6
Principais alterações aos Impostos Especiais sobre o Consumo	6
Principais alterações ao Imposto Municipal sobre Imóveis	7
Principais alterações ao Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis	7
Principais alterações ao Imposto do Selo	7
Principais alterações à Lei Geral Tributária, ao Código de Procedimento e de Processo Tributário e ao Regime Geral das Infracções Tributárias	8
Principais alterações ao Estatuto dos Benefícios Fiscais.....	9



Principais alterações ao Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas

Taxas

São criados dois escalões de tributação da matéria colectável: (i) até € 12.500,00 a taxa é de 12,5% (ii) no excedente, a taxa aplicável mantém-se em 25%. Tipificam-se situações em que será considerado existir um aproveitamento abusivo e indevido da taxa reduzida (algumas reestruturações de sociedades e entradas de património por empresários em nome individual).

Alterações no cálculo dos Pagamentos por Conta: (i) empresas cujo volume de negócios no exercício anterior tenha sido igual ou inferior a € 498.797,90 - desce de 75% para 70% da colecta; (ii) empresas cujo volume de negócios no exercício anterior tenha sido superior a € 498.797,90 - aumenta de 85% para 90% da colecta.

Realizações de utilidade social

Os encargos suportados com a aquisição de passes sociais em benefício da generalidade dos trabalhadores da empresa passam a constar do elenco das realizações de utilidade social, podendo assim ser dedutíveis.

É criado um regime específico de dedução das prestações suplementares para fundos de pensões e equiparáveis a que as seguradoras ficam obrigadas por via da adopção das NIC. Estas prestações não concorrem para os

limites anuais de aceitação como custo (15% da massa salarial do exercício) e serão custo, de acordo com um plano de prestações anuais, durante cinco anos, contados a partir de 2008.

Declarações de substituição

Alteração das regras de contagem do prazo para entrega da declaração de substituição nas situações a favor do sujeito passivo, em caso de decisão administrativa ou sentença superveniente, contando como início do decurso do prazo a data em que o sujeito passivo tome conhecimento daquelas, caso em que o prazo de caducidade é alargado até ao termo desse prazo, acrescido de um ano.

Regime Simplificado

Cessa a possibilidade de opção pela aplicação do regime simplificado a partir de 1/1/2009. Prevê-se a possibilidade de manutenção ou renúncia à aplicação deste regime para as empresas cujo período de validade daquele regime ainda esteja em curso.

Regime opcional para prestadores de serviços não residentes

Concede-se aos não residentes noutro Estado Membro da União Europeia ou do Espaço Económico Europeu, a possibilidade de optarem pela tributação como sujeitos passivos residentes.

Alterações legislativas

Autoriza-se o Governo a adaptar a legislação fiscal às regras impostas às empresas pelas normas internacionais de contabilidade.

Principais alterações ao Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares

Taxas

Os escalões de IRS são actualizados em 2.5%. Em regra, os contribuintes de qualquer um dos escalões sofrerão reduções pouco significativas do IRS a pagar sobre os seus rendimentos, com excepção dos pensionistas que sofrerão um aumento muito residual do imposto a pagar.

Deduções à colecta

Actualização dos limites das deduções à colecta fixados em valor variável entre 2.4% e 3.2%.

A dedução à colecta referente a despesas incorridas com a aquisição de energias renováveis é alargada a veículos sujeitos a matrícula exclusivamente eléctricos ou movidos a energias renováveis não combustíveis.

A dedução à colecta para sujeitos passivos com deficiência é aumentada de 3.5 para 4 vezes a remuneração mínima mensal.

Mantém-se, até 2011, a possibilidade de deduzir à colecta um montante referente a despesas com a aquisição de computadores para uso pessoal, desde que cumpridas as condições já em vigor para os anos de 2006 a 2008. Passa a prever-se que este benefício seja aplicável uma vez por cada membro do agregado familiar do sujeito passivo que frequente um nível de ensino.

Rendimento de trabalho dependente

Não constitui rendimento de trabalho dependente o valor suportado pelas entidades patronais com a aquisição de passes sociais, desde que o sejam a favor da generalidade dos seus trabalhadores.

Reinvestimento na venda de habitação própria e permanente

São alargados os prazos de reinvestimento dos valores de venda de imóveis destinados a habitação própria e permanente, deduzido da amortização de eventual empréstimo contraído para aquisição, de 24 para 36 meses após a data de transmissão e de 12 para 24 meses, no caso de reinvestimento concretizado antes da referida data de transmissão.

Não sujeição a IRS

É clarificada a não incidência de IRS sobre as pensões e indemnizações auferidas em consequência de lesão corporal, doença ou morte, em resultado do cumprimento do serviço militar.

Regime opcional para prestadores de serviços não residentes

Concede-se aos não residentes noutro Estado Membro da União Europeia ou do Espaço Económico Europeu, a possibilidade de optarem pela tributação como sujeitos passivos residentes.

Principais alterações ao Imposto sobre o Valor Acrescentado

Taxa reduzida

A taxa reduzida de IVA passa a aplicar-se a cadeiras de transporte de crianças em automóveis e às prestações de serviços de manutenção ou reparação de próteses e afins.

De igual forma, a taxa reduzida passa a aplicar-se nos serviços de empreitadas em que sejam donos da obra empresas municipais e cujo objecto consista na reabilitação e gestão urbanas detidas integralmente por organismos públicos, associações de municípios, empresas públicas responsáveis pela rede pública de escolas secundárias ou associações e corporações de bombeiros, desde que, em qualquer caso, as referidas obras sejam directamente contratadas com o empreiteiro.

Regularizações do IVA em créditos incobráveis

O IVA referente a créditos incobráveis superiores a € 750 e inferiores a € 8.000 passa a ser dedutível no momento em que o devedor integre a lista on-line de execuções extintas por inexistência de bens penhoráveis.

Renúncia à isenção nas sublocações

É permitida a renúncia à isenção na sublocação de imóveis destinados a fins industriais.

Isenções a favor de IPSS e ONG

É alargado o âmbito da isenção das transmissões gratuitas a instituições particulares de solidariedade social e a organizações não governamentais sem fins lucrativos, passando a ser abrangidos pela isenção todos os bens oferecidos e não apenas os bens alimentares, como sucede actualmente.

Autorizações legislativas

São concedidas as seguintes autorizações legislativas:

- i. autorização para o Governo corrigir a situação das portagens nas pontes sobre o Tejo na zona de Lisboa- não se prevendo que o aumento da taxa venha a ter efeitos no valor pago pelos utentes
- ii. autorização para transposição da Directiva 2008/8/CE, no que respeita a regras de localização de serviços – *VAT package*
- iii. autorização para transposição da Directiva 2008/9/CE no que respeita às modalidades de reembolso de IVA a não residentes – reembolsos de IVA da 8ª Directiva *on-line*.

Principais alterações aos Impostos Especiais sobre o Consumo

Abolição da “notificação prévia”

O DAA deixa de dever ser submetido com a antecedência mínima de seis horas em relação à partida do meio de transporte dos bens em regime de suspensão de

IEC e passa a poder ser emitido até ao momento da partida do meio de transporte.

Garantias bancárias

São revogados os limites mínimos das garantias de armazenagem e das garantias a prestar pelos operadores ou representantes.

Taxas

As taxas do imposto sobre a cerveja aumentam aproximadamente e em média 2,5%.

Principais alterações ao Imposto Municipal sobre Imóveis

Segunda avaliação

Prevê-se a possibilidade de ser requerida uma segunda avaliação dos imóveis, sempre que o valor patrimonial tributário se apresente distorcido relativamente ao valor normal de mercado, o que ocorre quando seja superior ou inferior em mais de 15% a este.

Valor patrimonial tributário

O valor patrimonial de um imóvel objecto de ampliação passará a ter em consideração o número de anos de cada parcela que o compõe.

Prédios em ruínas

Aplicação do triplo da taxa normal de IMI aos prédios em ruínas.

Principais alterações ao Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis

Habitação

É elevado para € 89.700 o limite da isenção de imposto para aquisições de prédios destinados a habitação própria e permanente, o que representa uma actualização de 2,5%.

Relativamente aos restantes escalões, propõe-se também um aumento de cerca de 2,5%.

Partilha de bens imóveis em caso de divórcio

Em caso de divórcio e, conseqüente partilha de bens imóveis, estabelece-se que só se considera que há transmissão sujeita a IMT quando o casamento tenha sido celebrado sob o regime de separação de bens.

Principais alterações ao Imposto do Selo

Transmissões gratuitas

Alargamento da isenção existente para as sucessões e doações entre cônjuges, descendentes e ascendentes, aos casais unidos de facto.

Clarifica-se que, no caso de sucessão ou doação para cônjuge ou unido de facto, ascendentes e descendentes, a isenção de Selo apenas se aplica à tributação da doação ou sucessão (10%) e não ao Selo devido sobre, nomeadamente, as doações de imóveis (0,8%).

Não sujeição

Deixam de estar sujeitas a tributação as entradas de capital decorrentes (i) de permutas de participações sociais e (ii) da entrega por uma ou mais sociedades de capitais da totalidade do respectivo património ou de um ou vários ramos da sua actividade a uma ou mais sociedades de capitais em vias de constituição ou já constituídas.

Elimina-se a tributação incidente sobre operações aduaneiras, comodato, registo de marcas e patentes, entre outros.

Principais alterações à Lei Geral Tributária, ao Código de Procedimento e de Processo Tributário e ao Regime Geral das Infracções Tributárias

Quebra do sigilo bancário

A quebra de sigilo bancária torna-se obrigatória quando exista uma divergência, não justificada, de, pelo menos 1/3, entre acréscimos patrimoniais ou consumo e rendimentos do sujeito passivo.

Informações prévias vinculativas

É introduzido um prazo de resposta de 90 dias para as informações vinculativas, sendo que o respectivo incumprimento limita, durante o

período da dilação, a responsabilidade do contribuinte à dívida do imposto.

Permite-se a solicitação de informações vinculativas com carácter urgente, com prazo de resposta de 60 dias, sendo que a ausência de resposta implica o deferimento tácito para os pedidos posteriores a 1 de Setembro de 2009.

Correcções de erros das autoridades tributárias

É criado o Procedimento de Correção de Erros da Administração Tributária, cujo objectivo é a reparação, por meios simplificados, de erros materiais ou manifestos da Administração Tributária, ocorridos no procedimento tributário ou no processo de execução fiscal, estando dispensado de formalidades essenciais. O início do procedimento depende da apresentação por parte do contribuinte de pedido, escrito ou verbal, para correcção dos erros que o prejudiquem, no prazo de 10 dias a contar do conhecimento do acto lesivo, devendo ser decidido no prazo de 15 dias. Contudo, este procedimento não tem efeito sobre a contagem do prazo dos restantes meios ao dispor do contribuinte.

Abuso de confiança Fiscal

A falta de entrega de imposto deduzido nos termos da lei e que o contribuinte estava legalmente obrigado a entregar só constitui ilícito criminal se for de valor superior a € 7.500.

Contra Ordenação por falta de IVA liquidado

Passa a ser punível como contra-ordenação prevista no artigo 114.º do RGIT, a falta de entrega, total ou

parcial, do imposto devido que tenha sido liquidado ou que devesse ter sido liquidado.

Principais alterações ao Estatuto dos Benefícios Fiscais

Fundos de Investimento Imobiliário para Arrendamento Habitacional (FIIAG)

Os rendimentos obtidos pelo FIIAH estão isentos de IRC.

Institui-se uma isenção de IRS e IRC para os rendimentos obtidos pelos detentores de unidades de participação no FIIAH, com excepção dos referentes às mais-valias resultantes da alienação das unidades de participação.

As mais-valias obtidas por um proprietário que aliene o seu imóvel a um FIIAH ficam isentas de IRS, excepto se o sujeito passivo não mantiver o contrato de arrendamento ou não exercer o direito de opção de compra do imóvel.

30% das rendas suportadas pelos arrendatários, em resultado da conversão de um direito de propriedade de um imóvel num direito de arrendamento são dedutíveis à colecta em sede de IRS, até um máximo de € 586.

Estabelece-se uma isenção de IMI para os imóveis que integrem o património dos FIIAH.

Ficam isentas de IMT as aquisições de imóveis no âmbito deste regime pelo FIIAH, assim como as

aquisições decorrentes do exercício de opção de compra até 2020 pelos arrendatários dos imóveis que integram o património dos FIIAH.

Concede-se uma isenção de Selo para os actos conexos com a transmissão dos imóveis por força da conversão do direito de propriedade num direito de arrendamento e com o exercício da opção de compra pelo arrendatário. As isenções não são aplicáveis a entidades residentes em país, território ou região sujeito a um regime fiscal claramente mais favorável, constante de lista aprovada por portaria do Ministro das Finanças.

Incentivos à reabilitação urbana

As aquisições de prédio urbano ou fracção autónoma de prédio urbano destinado à habitação própria e permanente, na primeira transmissão onerosa de prédio reabilitado, quando localizado em área de reabilitação urbana, podem ser isentas de IMT.

São tributados à taxa de 5% as mais-valias e os rendimentos prediais auferidos por sujeitos passivos de IRS residentes, na venda e arrendamento de imóveis reabilitados.

Permite-se a dedução à colecta, até ao limite de € 500, de 30% dos encargos suportados pelo proprietário com a reabilitação dos imóveis elegíveis nos termos do regime.

O prazo máximo de isenção de IMI é alargado de 8 para 10 anos.

pwc.com/pt

Contactos

Lisboa (sede)

Jorge Figueiredo, Partner
Palácio Sottomayor
Rua Sousa Martins, 1
1069-316 Lisboa
Tel: 213 599 618
Fax: 213 599 995

Porto

Jaime Esteves, Partner
o'Porto Bessa Leite Complex
Rua António Bessa Leite, 1430
4150-074 Porto
Tel. 225 433 182
Fax. 225 433 499

pwc.tax@pt.pwc.com